ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ACTA Nº 24

-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013. ----------

-----Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e treze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho das Velas, deu-se continuidade à sessão ordinária da assembleia municipal do concelho das Velas, presidida pelo senhor Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, relator da Comissão Permanente da Assembleia Municipal para análise, discussão e votação dos pontos da ordem de trabalhos constantes da convocatória, que se descriminam ----------

----- **1 - Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento.** ----------

----- **2 - Proposta da Câmara Municipal sobre o processamento das despesas de representação dos titulares de cargos dirigentes.** ----------

----- **3 - Proposta da Câmara Municipal sobre a alteração dos estatutos da Terra de Fajãs, S.A.** ----------

----- **4 - Proposta da dissolução e liquidação da Velas Futuro, E.E.M.** ---------

----- Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia em substituição, Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, o mesmo informou ao plenário ter-lhe sido comunicada a falta do deputado municipal e Presidente da Assembleia Municipal senhor Frederico Correia Maciel, que se fez substituir por António Silveira e, relativamente à presidência da sessão, informou que cabia, segundo o Regimento da Assembleia, ao secretário relator da Comissão Permanente substituir o presidente da mesa em falta pelo que assumiu as funções inerentes. ----------

----- Além desta substituição foi igualmente comunicada e justificada a falta do deputado Luís Manuel Bettencourt Ávila, tendo o mesmo sido substituído por Vânia de Sousa, assim como a falta do senhor deputado António Oldemiro Pedroso substituído pelo senhor Luís Machado, e ainda a deputada Susana Silva, do Grupo Municipal do Partido Socialista que foi substituída pelo deputado municipal João Ponte. Foi também recebido um pedido de substituição da senhora deputada municipal Maria da Luz das Graças pelo senhor Dário Toledo

tendo já anteriormente sido verificados os poderes de todos os substitutos referidos e a substituição do deputado Luís Silveira, presidente da Junta de Freguesia dos Rosais, pela senhora secretária da mesma Junta, Maria Lucrécia Bettencourt, o deputado Vasco Matos, presidente da Junta da Freguesia das Manadas pelo secretário da mesma Junta, o senhor Fernando Miguel Cardoso e, finalmente, o senhor Dário Trajano Almada, presidente da Junta de Freguesia do Norte Grande, substituído pelo senhor Miguel Anjos Lemos. ----------

----- Seguidamente, procedeu-se à chamada tendo-se verificado estarem presentes: Mark Silveira Marques, Ana Maria Fagundes Pereira, Dário Miguel Nogueira Toledo, Margarida Fernandes, Luís Machado, Rui Miguel Sequeira, José Luís Dias Bettencourt, Rosa do Céu Pinto, Carlos Jorge Bettencourt da Silveira, Paula Maria Sequeira Amarante, João Manuel Cordeiro da Ponte, Maria de Fátima da Silveira, António Silveira, Vânia Gorete Matos de Sousa, Fernando Miguel Cardoso, Maria Lucrécia da Silveira Bettencourt, Henrique Luís Teixeira, Amaro Rui Machado Soares, Paulo Alberto Bettencourt da Silveira, Miguel Anjos Lemos e Abel Moreira.

----- De seguida procedeu-se á eleição dos restantes membros da mesa da Assembleia Municipal, ficando como 1° Secretário a deputada municipal Margarida Fernandes e 2° secretário José Luís Bettencourt. ----------

----- O senhor Presidente da Assembleia em substituição passou de seguida à leitura do expediente referindo que foram recebidas várias publicações regionais e nacionais provenientes de Grupos Parlamentares, de Partidos Políticos, de Associações Autárquicas, etc. ----------

----- 1 - Alguns requerimentos e intervenções dos senhores deputados regionais eleitos pelos círculos de São Jorge, que também fazem parte daquela assembleia municipal, produzidas na Assembleia Regional; ----------

----- 2 - Ofícios da Câmara Municipal das Velas remetendo diversas actas das suas reuniões que se encontravam disponíveis para consultada a pedido de qualquer dos deputados municipais; ----------

-----3 - Ofício da Câmara Municipal com o número 305/1.1.4 do dia 23 de Janeiro de 2013 remetendo à assembleia municipal diversas deliberações avulsas aprovadas na reunião de 21 de Janeiro do corrente ano igualmente disponível para consulta; ------

----- 4 - Ofício número 508-11 de 31 de Janeiro do corrente ano, remetido pelos Serviços do Ministério Público das Velas, solicitando cópia da gravação da sessão desta Assembleia Municipal do dia 27 de Abril de 2012; ----------

----- 5 - Cópia da exposição feita à Câmara Municipal, datada de 10 de Novembro de 2011 pela munícipe, senhora Lina Brasil, sobre o muro danificado pela Câmara Municipal aquando da pavimentação da Rua do Emigrante na zona do Livramento, cuja reparação não estava ainda resolvida solicitando a reposição do muro nas mesmas condições em que se encontrava antes da realização das referidas obras pela Câmara Municipal; ----------

----- 6 - Diversos ofícios da Câmara Municipal das Velas enviando propostas para serem incluídas nas ordens de trabalhos desta sessão da Assembleia; ----------

----- 7 - Exposição do senhor Presidente da Câmara do Crato, com o seu parecer sobre a proposta da Nova Lei das Finanças Locais. ----------

----- 8 - Ofício do senhor Presidente da Câmara Municipal das Velas solicitando aprovação em minuta de todas as propostas apresentadas pela mesma Câmara Municipal nesta sessão. ----------

----- Relativamente ao último ofício mencionado, e de acordo com o regimento, o senhor presidente da Assembleia em substituição colocou à votação a aprovação em minuta de todas as deliberações referentes às propostas apresentadas pela Câmara municipal e que constavam da ordem de trabalhos. ----------

----- Feita a votação verificou-se que esta deliberação foi aprovada por maioria. -----

-----9 - Ofício do senhor presidente da Câmara Municipal das Velas com data de 25 de Janeiro solicitando autorização para o Doutor Hélder Fialho intervir na qualidade de consultor da Câmara Municipal das Velas no que concerne ao sector empresarial local para prestar todos os esclarecimentos tidos por convenientes em relação a matérias relacionadas com a extinção das Velasfuturo, E.E.M. e a alteração dos estatutos da Terra de Fajãs, S.A. na sessão ordinária da assembleia municipal de 27 de Fevereiro de 2013.----------

-----Havendo legalidade na convocatória e assegurado o quórum o presidente em substituição deu início aos trabalhos. ----------

-----Na parte destinada a outras informações e apresentações dos requerimentos foram questionados os senhores deputados municipais se tinham algum requerimento para apresentar, não tendo sido apresentado qualquer requerimento. ----------

-----Em seguida, e como impunha o regimento no seu artigo 21°, foi aberto o período antes da ordem do dia destinado à intervenção do público e à solicitação de esclarecimentos, pelo que foram abertas as inscrições. ----------

----- O primeiro interveniente inscrito foi o senhor Luís António Cabeceiras, que depois de identificado nos termos regimentais comunicou pretender intervir sobre a a situação das valetas do caminho do Portinho. ----------

-----Dada a palavra ao senhor Luís Cabeceiras o mesmo questionou o senhor presidente da Câmara se já era previsível a data para a construção das valetas do Caminho do Portinho uma vez que a inexistência das mesmas gerava acumulação de pedras e areias no caminho, o que representava um perigo para a circulação de pessoas e viaturas. ----------

-----Dada a palavra ao senhor presidente da câmara para responder às questões levantadas pelo cidadão senhor Luís Cabeceiras, que, em relação ao Caminho de Portinho, referiu que as valetas ainda não tinham sido construídas devido a uma reestruturação das prioridades que levara a câmara a atender à conclusão da pavimentação noutros locais para garantir o acesso a moradias, em prejuízo dos acabamentos no Caminho do Portinho. Todavia, disse, a obra seria terminada e as valetas construídas. ----------

-----Retomou a palavra o senhor Luís Cabeceiras referindo que tinha conhecimento de que teriam sido asfaltadas ruas e caminhos onde não existiam casas e que não compreendia como poderiam esses caminhos ser considerados prioritários. ---

-----O senhor presidente da Câmara não quis intervir. ----------

----- Retomou a palavra o senhor presidente da assembleia em substituição, Carlos Silveira, que deu por encerrado este período, já que não havia mais inscrições para o uso da palavra por parte do público presente, passando-se ao período destinado aos assuntos gerais de interesse para o Município. ----------

---- Seguindo-se a ordem de inscrição, foi dada palavra ao deputado Abel Moreira que se referiu à Bolsa de Turismo de Lisboa e à postura que a Câmara estava a ter relativamente à mesma. ----------

----- Especificando, referiu que no ano de 2012 tinha ido uma comitiva em representação do Município que, fazendo o seu trabalho, divulgou a ilha de S. Jorge e o seu grande potencial turístico o que resultara num afluir bastante significativo de pessoas a esta ilha. ----------

----- Prosseguindo referiu que, sendo notório o agravamento da crise em S. Jorge e, em consequência, sendo cada vez mais necessário incentivar o turismo, apoiar as empresas locais de vários sectores que estavam a passar por grandes dificuldades financeiras e sendo ainda prioritário inverter este cenário chamando o turismo a S. Jorge, questionou o senhor Presidente sobre a razão de, no corrente ano, não ter sido feita uma aposta maior na divulgação desta Ilha e do nosso Concelho através da BTL, o que na opinião do grupo representou um má opção. ----------

-----Em seguida foi dada palavra ao senhor presidente da câmara que, em resposta à questão colocada, disse que a ida dos representantes do município à BTL este ano iria ser assegurada mas que, porém, todos os custos inerentes às deslocações em causa seriam suportados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses uma vez que ocorreria um encontro coincidente com a realização da BTL. ----------

----- Referiu ainda que o turismo seria tratado naquele encontro ao lado de outros temas de importância para o desenvolvimento e projecção de S. Jorge. ----------

----- Sublinhou também que, verificadas as contingências orçamentais, houvera um reequacionamento face ao investimento em causa, sem contudo esquecer a importância desse acontecimento e garantindo, mesmo com menos meios, a promoção e a oportunidade de divulgar a ilha de S. Jorge. ----------

-----Dada a palavra ao senhor deputado Mark Marques, o mesmo referiu que o seu grupo felicitava a mesa substituta e que o seu grupo municipal iria fazer os possíveis para ajudá-la e com ela colaborar no desenrolar dos trabalhos. ----------

----- De seguida começou por colocar uma questão relacionada com a iluminação pública, nomeadamente com o propósito da câmara municipal pretender reduzir os gastos com a iluminação pública, eliminando algumas lâmpadas dos candeeiros que

existem nas vias públicas e, considerando as observações que alguns fizeram chegar a si, questionou qual o critério que tinha sido usado para o efeito no Município das Velas e se, a ser o critério "poste sim, poste não", se tinham sido recepcionadas algumas reclamações dos munícipes e em que termos. ----------

----- Referiu que, estranhamente, o parque infantil de Entre-os-Morros, que até há pouco tempo não tinha qualquer tipo de iluminação, de repente estava iluminado em prejuízo de muitas moradias do mesmo local. ----------

----- Outro assunto que estava na ordem do dia, e que pretendia também referir, tinha a ver com a questão da saúde, ou da falta de serviços de saúde, face às decisões do Governo da República, referência que queria deixar uma vez que considerava um assunto de extrema importância para qualquer munícipe e para qualquer eleito.

----- Mencionou o exemplo do concelho vizinho – Concelho da Calheta – que teria feito há cerca de três dias, um voto de recomendação, aprovado por unanimidade, com vista ao não encerramento do Centro de Saúde da Calheta e das suas valências estando solidário com aquela situação. Em relação ao Centro de Saúde das Velas disse que não se iria pronunciar uma vez que não estavam anunciadas quaisquer medidas nesse sentido. ----------

----- Fazendo uma retrospectiva e, referindo uma intervenção sua enquanto deputado regional feita há cerca de dez anos, cuja actualidade, segundo sua opinião, se mantinha, relembrou a criação das Unidades de Saúde da Ilha de S. Jorge, sendo nessa época Secretária Regional da Saúde, a doutora Fernanda Mendes. Sublinhou que, passados dez anos, e agora na qualidade de deputado municipal, as preocupações se mantinham. Recorrendo a extractos textuais leu a seguinte nota: "Haja saúde! Expressão popular frequentemente usada porque, como diz o nosso povo, o que importa é ter saúde e o resto arranja-se. A saúde deve ser uma preocupação constante. A criação de condições de igualdade de tratamento relativamente ao acesso aos cuidados de saúde, por parte das identidades competentes e, nesse caso, por parte da Secretaria Regional da Saúde deve ser uma prioridade. São Jorge, onde não existe um hospital, tem visto os Centros de Saúde das Velas e da Calheta ao longo dos anos a fornecer cuidados de saúde essenciais aos utentes residentes nestes dois concelhos". ----------

----- Prosseguiu dizendo que as mesmas considerações que foram tecidas aquando da criação da Unidade de Saúde da Ilha de S. Jorge, se mantinham, referindo que tais questões eram de ordem prática, nomeadamente, no que dizia respeito à concentração das urgências, consultas e sector de internamento dos dois centros de saúde. ----------

----- Sublinhou que o receio de concentração num só Centro de Saúde de todos os serviços prestados é uma realidade. ----------

----- Em representação do Grupo Municipal do PSD, disse que os Centros de Saúde das Velas e Calheta se deviam manter tal qual como estavam e que os utentes dos dois concelhos deviam continuar a dirigir-se aos respectivos centros de saúde. ---

----- Acrescentou ainda que as noticiadas mudanças se tratavam apenas de uma mera operação cosmética uma vez que o grande buraco financeiro na saúde da Região não era devido aos serviços de saúde desta Ilha e, logo, não era justo serem os jorgenses a pagar por isso. ----------

----- Continuando, referiu um título que surgiu na comunicação social "Hospital da Ilha Terceira, deveria ter metade do tamanho" e acrescentou que, tendo em conta que essa frase tinha sido dita pela doutora Isabel Vaz, presidente da Comissão Executiva do Centro de Saúde do Divino Espírito Santo, como uma das oradoras convidadas num colóquio, citando ela própria outros políticos disse que recomendavam um hospital, porém, perante a situação e nesse momento em que todos os sectores das cidades portuguesas enfrentam novas dificuldades e demonstravam a sua capacidade de se adaptar a novas circunstâncias, o sector da saúde não podia ser uma excepção. ----------

----- De seguida referiu que austeridade impunha de facto a tomada de medidas de redução de custos, a adopção de modelos e procedimentos de eficiência operacional e de optimização de recursos, e, neste sentido, o Conselho de Administração da Unidade da Ilha referiu que "O regime de prevenção do laboratório deverá a partir do dia 1 de Março do corrente ano ser rotativo entre os profissionais de saúde da área em que se encontra prevista". ----------

-----O senhor deputado, concluindo, referiu que o que pretendia era que o senhor presidente da câmara, junto do governo, e citando Marcelo Rebelo de Sousa

tivesse "a celeridade pública" de explicar o que iriam fazer, portanto procurando pôr fim à especulação verdadeiramente tenebrosa que o tema gerava. ----------

----- Recomendou também a leitura do artigo completo da notícia e do voto emanado do concelho da Calheta que consubstanciava uma defesa intransigente dos interesses daquele concelho. Pelo que, referiu que ficava o apelo de que os assuntos do município e o que se passava no município diziam respeito ao município. ----------

-----Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que por sua vez disse que em relação à iluminação pública tiveram que cortar, pois estavam a gastar cerca de cem mil euros com a iluminação pública o que representava um valor incomportável para o município e que o critério que se utilizou foi cortar até aproximadamente quarenta por cento da iluminação. Assim a EDA, representada pelos seus engenheiros, fez um estudo e fizeram um levantamento no concelho, tendo apresentado um plano para o corte na iluminação em determinadas zonas. Existiram algumas queixas, todavia não podia repor as lâmpadas porque, ao abrir um precedente, todos quereriam iluminação à porta e não conseguiriam atingir o objectivo de redução de custos em vista. ----------

----- Apesar disso, o senhor Presidente reconheceu que poderia ter havido mais alguma atenção a determinadas situações considerando, no entanto, que o critério utilizado não prejudicava nem a utilidade da iluminação pública nem a segurança das pessoas. ----------

----- Em relação ao Parque Infantil, e em resultado de denúncia de vários munícipes, por se ter tornado um local frequentado por toxicodependentes, colocaram mais algumas lâmpadas de forma a desincentivar a permanência dessas pessoas nessa zona durante a noite. ----------

----- Em relação à saúde, referiu que também enquanto deputado regional sempre se debateu para que o Centro de Saúde das Velas não perdesse valências e sempre disse que, se estivesse ao seu alcance, iria continuar a defender essa situação e neste momento continua a pensar da mesma forma. Mencionou que não recebeu, da parte do Governo Regional, qualquer comunicação referente ao Centro de Saúde das Velas ou ao encerramento de valências e não acreditava que o fizessem desse modo. Concordou com o senhor deputado relativamente ao facto de não ser com o

encerramento em questão que iriam ser resolvidas as contas da Região em matéria de saúde. ----------

-----Posto isto foi dado a palavra à senhora deputada Fátima Silveira que referiu que todos estavam conscientes da dificuldade que o país atravessava e que todos os portugueses tinham a consciência da necessidade de se decidir a curto prazo, respeitando os valores e princípios democráticos que o 25 de Abril consagrou. Continuando referiu que alimentava os anseios de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. Tendo em conta os efeitos que a longo prazo essas decisões estruturantes iriam ter nas suas vidas colectivas daí a importância de serem devidamente ponderadas e participadas de forma a gerar um consenso social que salvaguarde os interesses gerais de população em detrimento dos interesses particulares, sejam eles partidários ou corporativos, na educação, na saúde, nos serviços sociais ou na economia. Referiu ainda que actual situação do país, da Região e da Ilha, exigia que no exercício do poder democrático não se restringisse a legitimidade que as eleições consagravam, mas que se deveria buscar constantemente uma legitimidade que resulta da participação dos cidadãos nas soluções para os problemas que os afectam. Referiu que o tempo do "quero, posso e mando" do eleito era desadequado para o actual século porque se pretendia que fosse um século da cidadania. Acrescentou que urgia encontrar novas formas de se exercer o poder, formas mais profundas na democracia e apaziguadoras da sociedade. Disse que os tempos difíceis podiam e deviam gerar solidariedade, unidade e determinação, condições essenciais para a sobrevivência da inestimável autonomia do país, mas também porque esses tempos quebravam muitas ingenuidades e poderiam facilmente gerar egoísmo e o "salve-se quem poder", o clientelismo e a divisão. Prosseguindo, referiu que todos sabiam que a união fazia a força e que uma Ilha como a de São Jorge, que estava tão fragilizada na sua capacidade de reivindicar e de intervir ao nível regional, se se deixasse dominar sujeitar-se-ia às decisões tomadas externamente, com ou sem cumplicidade de alguns que não serviam os verdadeiros interesses colectivos dos que habitavam nesta ilha, por este motivo propunha que em dali em diante fossem criadas, sempre que necessário Comissões de Acompanhamento aos Trabalhos da Assembleia, com capacidade para auscultar os

autores sociais de forma a fazer chegar esta Assembleia elementos que pudessem ser equacionados tornando mais ricos os debates das questões que lhes eram apresentadas e mais participativa e liberta de uma lógica partidária, que tantas vezes envenena o processo decisório e penaliza a resolução efectiva dos problemas. Dentro deste espírito, propôs que fosse criada imediatamente uma Comissão Multipartidária que trate a urgente questão de saúde em São Jorge, que não se limite a abordar a questão das localizações dos centros de saúde mas que seja capaz de equacionar os problemas de forma abrangente e profunda, com base em dados concretos e pareceres técnicos. ----------

----- Continuou referindo que o ideal seria que se gerasse uma dinâmica de Ilha com vista à salvaguarda dos interesses da mesma e que, caso não se conseguisse gerar essa energia de unidade e de determinação, deveriam então fazê-lo ao nível do concelho, pois esta era obrigação e a base da legitimidade da Assembleia Municipal. ---------

----- Apelou ao senhor Presidente de Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores deputados, assim como aos cidadãos que fossem pró-activos e que não deixassem que as decisões naquele ou em qualquer outro sector fossem tomadas fora da Ilha, para só depois reagirem. ----------

----- Em jeito de conclusão propôs então que se criasse uma Comissão Multipartidária que ficaria responsável pela elaboração de um documento que analisasse a actual situação dos serviços de saúde de São Jorge e propusesse soluções para os inúmeros problemas que afetavam o sector e que corriam o risco de serem agravados com o passar do tempo. Mais propôs que fosse dada a essa comissão possibilidade de, de forma directa ou indirecta, integrar as discussões sobre o complexo serviço de saúde da Ilha e da Região. Além de que propôs também que o documento fosse apresentado, debatido e aprovado pela Assembleia que deveria delinear uma estratégia que defendesse o direito à saúde, num espírito de unidade e de determinação colectiva. Terminando propôs que a Assembleia informasse a Secretaria Regional de Saúde desta iniciativa salientando que precisariam de algum tempo para realizar este trabalho, por forma a permitir a elaboração de propostas com ponderação, sem inflamação dos conceitos que em nada dignificam a

suas condições humanas e em nada contribuem para a resolução do problema em debate. ----------

-----Retomou a palavra o senhor presidente da assembleia agradecendo a senhora deputada e referindo que a questão era bastante pertinente, tendo proposto aos senhores deputados que, uma vez existir uma Comissão Permanente já composta por elementos de todos os partidos com representação naquela Assembleia, que a proposta da deputada Fátima Silveira baixasse à comissão que a mesma indicasse quem integraria esse grupo de trabalho considerando o tipo de análise em causa pois seria a forma mais rápida de se realizar. ----------

-----Interveio a senhora deputada Fátima Silveira que disse que não concordava pois achava que já deveria sair dali a nomeação uma vez que ao descer à comissão e caso a mesma não nomeasse de imediato, estariam a perder tempo que aliás poderiam nem ter, pelo que, a sua proposta era que devia já a Assembleia nomear uma Comissão para o efeito. ----------

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia em substituição, Carlos Silveira, que disse que uma vez que haveria um intervalo normal no decorrer da sessão, que, se concordassem se poderia estender um pouco mais de forma a poderem reunir-se com os representantes dos respetivos partidos e ai poderem tentar chegar a uma decisão. ----------

----- Usou da palavra o senhor deputado Rui Sequeira, que propôs que cada bancada nomeasse um representante, à proporção, e assim a quantidade de elementos seria à proporção habitual das comissões. ----------

-----Interveio o senhor deputado Paulo Silveira para relembrar que, antes de mais, era preciso que a assembleia aprovasse a criação da comissão. ----------

----- Posto isso, o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a proposta de criação de uma Comissão para acompanhamento e análise do tema Centros de Saúde em S. Jorge. A proposta foi aprovada por unanimidade. De seguida passou-se à votação para a composição da Comissão. ----------

-----Pediu a palavra o senhor deputado Mark Marques que disse que o grupo municipal de PSD não passava por uma situação daquelas sem dizer nada e que, portanto, queria felicitar a proposta e concordava plenamente com ela. Desde logo,

continuou, não poderia ser de outra forma verificada a preocupação à volta do tema e felicitou a senhora deputada. Sendo habitual que a composição das Comissões seja na proporção 4, 2,1, concordava com esta composição. Acrescentou ainda que a Comissão poderia contactar quem entendesse porque ninguém era especialista em todas as matérias. ----------

-----Sendo assim, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Ana Pereira que, no uso da mesma, colocou três questões começando por dizer que no dia 30 de Setembro de 2011 numa reunião como aquela, na assembleia, tinha feito uma proposta sobre redução de taxas devidas pelo licenciamento e manifestações taurinas nos seguintes moldes: " as taxas devidas pelo licenciamento de manifestações taurinas poderão ser reduzidas até setenta por cento do respectivo valor, considerando a relevância cultural que a manifestação taurina tem para o município, sempre que o seu promotor seja uma das seguintes entidades com sede no território do município - instituição particular de solidariedade social ou pessoa coletiva sem fins lucrativos ". Prosseguiu dizendo que, o que era certo é que, tinha passado um ano e cinco meses e não tinha havido qualquer resposta. A sua pergunta, continuou, era para quando a aprovação daquela proposta? ----------

----- Outra preocupação, referiu, prendia-se com o facto de numa assembleia se apresentaram recomendações por parte de clubes e atletas para reparação de algumas equipamentos no Campo de Jogos Municipal das Velas e que ao invés rasgaram o sintético para escoarem a água do campo sem se compreender essa medida. E por falar em água, colocava também a questão do ponto de situação face à cobrança dos consumos de água, uma vez que havia rumores de que havia uma dívida de duzentos e dez mil euros a este Município e o senhor Presidente tinha demonstrado relativamente à questão da redução de custos com a iluminação pública grande determinação. ----------

-----Posto isso, foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que, em relação as dívidas de água, disse que de facto tinham mais de cem mil euros de dívidas mas que, em alguns casos e sobretudo nas dívidas maiores havia uma negociação e um compromisso de ambas as partes tendo há poucos dias sido paga parte de valores acordados. Sublinhou que estavam a ser pagos os meses mais atrasados, tendo a

título de exemplo referido que o Hospital de Ponta Delgada devia cerca de duzentos e vinte mil euros de água o que comparável com a do Município das Velas é muito mais aflitiva. Concluindo disse que a dívida estava sob controlo. ----------

----- Relativamente ao sintético, o senhor presidente referiu que a senhora deputada tinha toda a razão, que havia necessidade de melhoramentos do Campo de Jogos Municipal pelo que os Município iriam voltar a fazer a candidatura, porquanto tinham plafond para o efeito, do piso sintético do campo, porque achava que da forma como se encontrava não cumpria a sua finalidade, aliás reconhecia que a falta de manutenção foi a principal causa para que a durabilidade do investimento tivesse sido encurtada. Em relação as taxas para manifestações taurinas a verdade diz que o assunto ainda não teve qualquer desenvolvimento e que seria levado à reunião de Câmara e procuraria ver a situação decidida ainda no ano de 2013. ----------

-----Seguidamente, interveio a senhora deputada Paula Sequeira que disse que as questões a colocar ao senhor presidente da câmara se prendiam, em primeiro lugar, com a situação do site do Município, que ainda não tinha sido resolvida pelo que agradecia que lhe fornecessem uma data previsível para o efeito. ----------

----- Outra questão, disse, relacionava-se com a manutenção dos espaços verdes, mais concretamente os jardins em que havia canteiros que nem uma flor tinham aparentando estar abandonados e cobertos de erva, questionou também porque não era feita a queimas com herbicida das ervas que existem na calçada tornando-a perigosa para os transeuntes. Advertiu também para a situação dos passeios cada vez mais danificados e para a necessidade de criar acessibilidades para as pessoas com dificuldades motoras. Aproveitou ainda para deixar também um alerta relativamente à Rua Direita, que está vedada ao trânsito, havendo denúncias de que eram quase exclusivamente viaturas da Câmara a infringir a proibição, e até estacionavam na rua dando um mau exemplo de incumprimento. ----------

----- Retomando as questões, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se o Auditório Municipal retomaria o seu funcionamento, com a realização de actividades, e se a máquina de projecção de cinema já tinha sido consertada. Lembrou que, há alguns anos, projectava-se que quer os grupos desportivos, quer os grupos recreativos e culturais da Ilha, que não tinham hipóteses de sair da Ilha

porque as verbas eram muito baixas e houve alguém naquela Assembleia que propôs que se a Câmara ajudasse esses grupos a fazer um protocolo com a Transmaçor de modo a conseguir uma baixa de preços para os grupos que se deslocassem especialmente entre as três ilhas, Pico, Faial e São Jorge o que promoveria o intercâmbio desportivo e cultural. Assim, desejava que fossem envidados esforços para que haja uma maior interacção entre os grupos, uma vez que o orçamento não previa verbas para os grupos. ----------

----- Respondendo às questões da senhora deputada o presidente da câmara disse que, em relação ao Auditório, que estavam previstas obras de recuperação e que já estavam a ser preparados os elementos para candidatura a Fundos Comunitários, pelo que havia já um projecto de cerca de um milhão de euros e que as obras poderiam inclusive ter início ainda durante aquele mandato. ----------

----- No que respeitava ao site da Câmara, disse não saber mais o que fazer porque todas as Câmaras da Região mudaram, tendo havido reclamação para a Associação dos Municípios da Região Autónoma dos Açores por estarem naquele impasse há mais de seis meses. ----------

----- Em relação à manutenção dos jardins, o senhor presidente disse que o inverno tinha sido rigoroso e que as plantas destinadas não tinham sobrevivido e por isso o mesmo se encontrava naquele estado. ----------

----- Relativamente ao estacionamento na Rua Direita, referiu que havia já algum tempo que a câmara andava a tratar solucionar definitivamente essa situação todavia também tinha conhecimento das violações à proibição, mas que não eram só pelas viaturas da Câmara mas também por outras viaturas. ----------

----- Em relação aos passeios danificados disse que quando fossem feitas as intervenções relacionadas com ligações de água e escoamento das mesmas, seriam posteriormente melhorados os passeios. ----------

----- Quanto à erva da calçada e à aplicação de herbicida, explicou que, com a chuva não foi possível fazer essa aplicação, e que de todo o modo essa aplicação não podia ocorrer durante o dia. ----------

----- Foi dada palavra ao senhor deputado Paulo Silveira que louvou a iniciativa da senhora deputada Fátima Silveira em relação ao tema saúde, corroborando o que

fora dito, nomeadamente que esse assunto ultrapassava muito a política e se não fossem eles a defender a terra mais ninguém o faria. ----------

----- Continuando questionou sobre o ponto de situação de atribuição das bolsas de estudo. Relativamente às águas, questionou o senhor presidente se estavam a ser tomadas todas as medidas de âmbito coercivo para reaver o valor dos pagamentos em atraso, além de ter questionado o senhor presidente se estava ciente das responsabilidades que podiam recair sobre si e sobre o executivo se não ocorresse a cobrança da água. Referiu ainda compreender a dificuldade das empresas em suportar qualquer despesa. Tendo conhecimento que já teria começado a asfaltagem no Parque Industrial, questionou o senhor Presidente o parque de estacionamento ao lado da Africauto iria ser asfaltado porque tinha visto o proprietário do lote a cimentar uma parte deste estacionamento municipal e gostaria saber se realmente o município fazia contas de asfaltar porque aquilo era domínio público. Continuando questionou sobre o muro de São Pedro. ----------

----- Por ter sido interpelado por diversas pessoas nesse sentido, questionou igualmente se o depósito de inertes da obra da Escola num terreno camarário, localizado Entre-Morros, estava autorizado e se sim se existia alguma contrapartida de forma a dar resposta aos moradores da zona. Congratulou-se com o facto das tampas das sarjetas já terem chegado e pela preocupação de afastar de Entre-Morros a droga iluminando aquela zona, porque aquele flagelo é uma realidade da sociedade e, principalmente, da Vila. ----------

----- Em jeito de conclusão chamou a atenção para uma portaria de 7 de Fevereiro, mais concretamente o chamado "licenciamento zero", que vinha permitir a abertura de estabelecimentos de comércio, talho, restauração, bebidas durante um mês, sendo que as pessoas deviam entrar no portal do Governo e conseguiriam aceder e ter autorização para abrir, sendo todavia essa facilidade não invalidava que esses ditos locais tivessem preenchidos os requisitos mínimos para aquelas actividades. ---------

-----Foi dada a palavra ao senhor presidente que disse que, em relação aos inertes do campo de futebol teve a oportunidade de falar com alguns moradores e referir que aquele local era o sítio onde iria nascer mais uma obra que era o Pavilhão do Judo, aliás já existia um projecto e iriam avançar com a candidatura. ----------

----- Quanto ao muro de São Pedro, referiu que já tinha sido combinado com o proprietário, que as máquinas já se encontravam no local e iriam fazer o muro. Em relação ao parque Industrial, reconheceu que se trata de um parque público e provavelmente iria ser asfaltado já que se tratava de propriedade do Município. ---

----- Em relação às medidas coercivas, tem havido muitos cortes de água a muita gente e estão a ser respeitados os acordos celebrados, havendo intenção de pagamento.

----- Relativamente às bolsas de estudo, o senhor presidente disse que estavam a seguir os trâmites normais. ----------

-----Foi dada a palavra a senhora deputada Paula Sequeira que questionara a câmara sobre algumas alíneas da bolsa de estudos havia mais de dois meses e que ainda não obtivera resposta. ----------

-----No uso da palavra o senhor presidente do município disse que iria pedir informação a quem estava a tratar disso e depois daria mais informação a senhora deputada Paula Sequeira. ----------

-----Retomou a palavra o senhor deputado Abel Moreira que disse que tinha várias questões quase todas a ver com obras: ----------

----- 1°. Questão: Passeios entre os morros e electrificação definitiva. ----------

----- 2° Questão: Parque Infantil o que fazer dele, destrui-lo ou remodela-lo. -----

----- 3° Questão: Quando finalizam a asfaltagem da Fajã do Ouvidor. ----------

----- 4° Questão: Quando arrancam as obras na poça dos frades, visto o Verão estar-se a aproximar. ----------

----- 5ª Questão: O que fazer com o aterro sanitário, quando o centro de processamento de resíduos começar a elaborar, e os ecopontos como irão funcionar. ---

----- 6ª E ultima questão: Com que legalidade foi feito aquele acesso á praça de touros?----------

----- Em resposta as questões do senhor deputado, o senhor presidente da Câmara disse que aquele caminho era municipal e que a asfaltagem do mesmo tinha a ver com o Jamboree, bem como, a rede de águas que se montou, em prol da boa imagem do concelho e da Ilha. Aproveitando as máquinas que estavam a asfaltar o Parque Industrial, obedecendo á programação de asfaltagem, incluindo algumas canadas. Em relação ao aterro sanitários e com os Eco-Pontos ou centro de processamento de

resíduos já podiam ter avançado, mas em solidariedade com o concelho da Calheta, foi combinado entre as Câmaras, para arrancarem a recolha selectiva na mesma altura, e que no dia de S. Jorge estavam prontos para arrancar com os Ecopontos em todas freguesias em formato experimental, visto ser um compromisso eleitoral. Quanto á obra na poça dos Frades iriam fazê - la antes da época balnear. O asfalto da fajã do Ouvidor iria fazer-se no fim da Primavera princípio do Verão. Parque Infantil o que lhe apetecia de facto fazer era: chegar ali e arrancar tudo dali, pois era ferro cheio de ferrugem e aquilo para ser recuperado e pintado era estar igual, portanto a Terra de Fajã está a tentar fazer um projecto para recuperaram o Parque Infantil. Passeios Entre-os-Morros o senhor Presidente disse: quem lhe dera fazê-lo já amanha, mas estavam também a tratar disso. Em relação a electricidade disse: já melhorou um bocado, pois já meteram uns postes ao pé da escola, onde estava totalmente escuro, já meteram no Parque Infantil, mas iriam metendo aos poucos consoante o dinheiro que tinham. ----------

----- Interveio o senhor deputado Abel que disse que o senhor presidente da Câmara falara da electricidade nos postes, mas não sabia se na casa das pessoas a electricidade entrava mais barata. ----------

----- Em resposta a sua questão o senhor presidente da câmara disse que de momento não tinha essa informação para lhe dar e que lhe daria mais tarde. ----------

----- No período dedicado aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, usou da palavra a representante da Junta de freguesia dos Rosais, a senhora Lucrécia Bettencourt, que colocou algumas questões, ao senhor Presidente do Município. --

----- 1° Questão: Se iria cumprir com acordo celebrado com os presidentes das Juntas de Freguesia em 14 de Novembro de 2012, que prevê o pagamento de 36000,00€ em tranches de 12000,00, começando, respectivamente, em Março, Junho e finalizando em Setembro. ----------

----- 2ª Questão: Obras no caminho da Serroa para quando a sua conclusão. ------

----- 3ª Questão: Caminhos agrícolas estão muito danificados, devidas as recentes chuvadas, solicitava colaboração do município para o arranjo dos mesmos e perguntava ao Sr. Presidente onde poderia tirar saibro, uma vez que a saibreira se encontra fechada e para quando a sua reabertura. ----------

----- 4 "E ultima questão: Para quando está previsto a pavimentação das canadas da freguesia dos Rosais. ----------

-----No uso da palavra que lhe foi concedida, o senhor presidente da câmara referiu que a questão dos trinta e seis mil euros a transferir para as juntas de freguesia seria para cumprir, portanto o protocolo era para manter e a câmara estava a pensar cumprir com as datas que foram acordadas. Em relação às obras da Serroa também disse que eram para concluir. Em relação aos caminhos de penetração disse que todas as freguesias estavam com problemas nos caminhos de penetração, só o Santo Amaro é que tinha os seus quase concluídos. Em relação às canadas já tinha as candidaturas aprovadas, quanto á saibreira não tem dados que permita responder. --

----- Posto isso foi dado a palavra ao senhor presidente da Junta das Velas, senhor Paulo Silveira disse que queria falar sobre o protocolo e como dizia a senhora representante da junta de freguesia dos Rosais" cada um tinha que tomar conta da sua freguesia", dizer que da parte da freguesia das Velas, desde 21 de Janeiro foi feito o pedido de apoio financeiro ao município, em ofício, anexando uma memória descritiva da estimativa dos custos, comprovados com facturação. Independentemente de algumas juntas de freguesia não terem entregado o dossier completo, a junta das Velas fê-lo. ----------

----- Por isso esperava que o senhor presidente da câmara conseguisse cumprir aquela agenda protocolar de Novembro, porque era necessário fazer a cabimentação dessas verbas em Março, referindo serem seis milhões para cada freguesia a transferir das despesas correntes que ficaram estabelecidos na câmara. ----------

----- Disse compreender que seria um processo bastante moroso mas que as juntas de freguesias precisavam saber se a Câmara ainda tinha a intenção de cumprir com essa parte. ----------

----- Em relação ao parque de estacionamento, atrás do tribunal, já que a câmara estava na secção de asfaltagem, solicitava asfaltagem da parte que estava em terra. --

----- Disse ainda que queria aproveitar aquele espaço para enaltecer, porque tivera a honra, como presidente da Junta das Velas, de estar presente no passado dia 18 de Fevereiro à comemoração dos noventa anos da Sociedade Lusitana, acrescentando de ter a felicidade de ter na sua freguesia testemunhos culturais de grande

longevidade: uma filarmónica com cento e treze anos, outra com noventa e um grupo folclórico com trinta e tês anos. ----------

----- Em resposta ao senhor presidente da junta das Velas, o senhor presidente da Câmara disse que era intenção cumprir com os prazos, quer em relação aos trinta mil euros, quer em relação aos seis milhões. ----------

----- Em relação a asfaltagem do parque estacionamento, por trás do tribunal, a câmara iria ver, pois não se podia comprometer com mais obras, porque tinham todas as obras programadas até o fim do mandato. ----------

----- Também disse que gostaria imenso de asfaltar todas as canadas antes do fim do mandato, gostaria imenso de satisfazer todos os munícipes, como sabia não era possível, os recursos eram escassos e tinham que fazer opções. ----------

----- Retomou a palavra o senhor deputado Paulo Silveira que perguntou quando retomavam a obra do caminho dos Cavalos e quando pensavam concluí-la. ----------

----- Em resposta a questão colocada pelo senhor deputado, o senhor presidente da câmara disse que em relação ao Caminho dos Cavalos faltava acertar com os empreiteiros e arrancar o mais rápido possível, tal como a Casa Cunha e as canadas.

----- No uso da palavra, o senhor presidente da junta de freguesia da Urzelina, Amaro Soares, começou por da uma boa noite ao senhor presidente da Assembleia, em exercício, colegas municipais, e a todos ouvintes. Disse que queria felicitar o município pela colaboração que teve com a junta da Urzelina, a começar pelo campo de futebol da Urzelina que vai ficando aos poucos composto, ou seja, finalmente já têm os bancos de suplentes, também disse que era preciso aumentar o número de holofotes no campo, para o treino ser dividido pelas duas partes do campo para não saturar muito o campo, ou seja, treinar um dia num lado e no dia seguinte no outro lado. Com mais quatro focos o problema ficaria resolvido. Sabia que existiam esses focos, se calhar colocados em outros recintos e que não estavam a ser utilizados e que podiam ser postos lá, e que por sua vez, a junta encarregava-se de coloca-los no seu lugar. O futebol com grande esforço comprou o cabo. No entanto gostava de lembrar e apelar ao município para o caminho de cima da Ribeira do Nabo, houve uma intervenção de um morador, para passar a água e luz para a sua casa ficando a estrada danificada, pedia a colaboração do município para reparar aquele estrago. A

carrinha da Junta transporta crianças e passa lá todos os dias, bem como os moradores, causa um grande transtorno para os condutores que lá passam. Aconselho os deputados municipais a passarem lá, bem como pela freguesia dos Rosais e noutras freguesias para verem o estado dos saibres dos caminhos, canadas etc. . . ,porque eles foram eleitos deputados do concelho e não só deputados da Vila das Velas. Sei que estão a pensar fazer uma intervenção no campo de jogos das Velas. Deviam aproveitar através de um projecto, adquirir máquinas próprias para poderem colocar, a areia, a borracha, nos campos sintéticos do concelho, e porque não, fazer uma parceria com a Câmara da Calheta para esse fim. Gostaria de saber para quando o começo das obras da "rua da sua mãe" e em que ponto se encontrava o lançamento do projecto do Pavilhão de Judo. Por fim, o que é que o município pensa fazer, com as festas tradicionais sujeitas às novas regras das Finanças. ----------

----- No uso da palavra, o senhor presidente da câmara disse que iria começar pelo fim, pelas festas tradicionais. Começou por dizer que estava preocupado com as colectividades, pois era nas festas que tentavam ganhar algum, e de facto era uma preocupação que tinham mas, como sabem, havia uma legislação que fora feita a nível nacional, que determinava que todas as pessoas que vendessem uma pastilha elástica, café etc. . . , teriam de passar factura como a lei impunha.

----- Acrescentou que esperaria para ver se nas grandes festas da Terceira ou do Faial as tascas iram ou não passar facturas quando as pessoas fossem beber uma cerveja ou outra coisa qualquer, porque estas medidas de facto iriam limitar e acabar com as sociedades filarmónicas, grupos folclóricos e com toda a gente. ----------

----- Também disse que as obras da "rua da sua mãe" ou caminho da máquina do multibanco iriam arrancar em breve, em relação ao campo de futebol das Velas, disse que foi um problema não ter tido manutenção, em relação ao caminho de cima da Ribeira do Nabo disse que se iria resolver, e por fim, em relação aos holofotes disse que iria arranjar os que faltavam para concluir a iluminação no campo da Urzelina.

----- Retomou a palavra a representante da junta de freguesia dos Rosais, a senhora Lucrécia Bettencourt, dizendo que o seu dossier estava tão bem completo como o das Velas e quando eles recebessem provavelmente também iria receber, porque também precisavam do dinheiro para pagar ordenados dos funcionários e

alguns compromissos a uns comerciantes que muito amargamente sobrevivem neste momento. Gostaria também de saber se a ideia do Pavilhão de Judo se era para avançar, se fosse era um exemplo a dar às outras ilhas. ----------

-----Retomou a palavra o senhor presidente da Câmara disse que ter um centro de Auto rendimento em São Jorge seria um exemplo dentro da Região Autónoma dos Açores, onde viriam jovens de quase toda a Europa e de todo o Mundo, iria ajudar a economia do concelho e da ilha de São Jorge e como tal o projecto irá ser candidatado já, para seguir em frente rapidamente. ----------

-----Posto isso retomou a palavra o senhor presidente da assembleia anunciando um pequeno intervalo. ----------

----- Após o intervalo o senhor presidente anunciou os nomes dos deputados que constituem a Comissão: por parte do PS a deputada Rosa Pinto, deputada Fátima Silveira, deputado e presidente Frederico Maciel e deputado Rui Sequeira, pelo PSD deputado José Luís Bettencourt e Paulo Silveira e pelo PP, Maria da Luz Graças. ----------

-----Em seguida deu-se o início ao período da ordem do dia, o senhor presidente da assembleia disse que antes de iniciarem este período, e porque o senhor presidente da câmara municipal solicitou autorização para que o Dr. Hélder Fialho interviesse na qualidade de consultor da Câmara Municipal das Velas no que concerne ao sector empresarial local para prestar todos os esclarecimentos tidos por convenientes em relação as matérias relacionadas com extinção das VelasFuturo EEM e alteração aos estatutos da Terra de Fajãs SA na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2013. Ora seguindo o entendimento que esta Mesa da Assembleia tem seguido, sem contestação do plenário da mesma, para efeitos regimentais do uso da palavra, o senhor Dr. Hélder Fialho terá procedimento idênticos aos técnicos municipais. Assim considero autorizada a intervenção do senhor consultor municipal nos debates desta sessão nos precisos termos que é concedida legal e regimentalmente aos senhores vereadores da câmara municipal. ----------

----- **1 - Informação escrita do Presidente da Câmara que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2º deste Regimento.** ----------

----- No uso da palavra, o senhor presidente da câmara agradeceu pela palavra e disse que o ponto número 1 foi a empreitadas substituição da rede e abastecimento das águas no concelho das Velas disse haver três propostas mas a da Tecnovia era a mais vantajosa. ----------

----- Na empreitada dos muros da Fajã das Almas disse ter pedido o Alvará á empresa concorrente. ----------

------ Nas reuniões do executivo, com o pro-convergência foi saber o ponto da situação das empreitadas do município, se estavam ou não aprovadas, felizmente estavam, são elas: Casa Museu Cunha da Silveira, Caminho dos Cavalos, e uma série de canadas que iriam ser asfaltadas. Em relação á reunião com a Art, foi para preparar uma reunião que se ia fazer na BTL. A reunião com o senhor Director Regional da Energia foi abordar alguns pormenores sobre a rede eléctrica da Fajã da Ribeira da Areia e Fajã do Ouvidor. Reuniões com o Sr. comandante da GNR e com o senhor presidente da Associação Cultural das Velas. Os processos Judiciais estão iguais. Quanto a Castanheira Soares já houve algum desenvolvimento, em relação ao problema da divida da escola Profissional, que passaria por um acordo entre essa empresa (Castanheira & Soares) e o Governo Regional. Quanto ao último processo judicial do senhor Eduardo Manuel já foi arquivado. Mostrou-se disponível para responder ás questões que os senhores deputados municipais lhe dirigissem. ----------

----- Foram inscritos os seguintes deputados municipais, Abel Moreira, do PP e Paulo Silveira e do PSD. ----------

----- Usou da palavra o deputado municipal Abel Moreira do PP dizendo que gostaria de saber em que se baseou o senhor presidente " por proposta mais vantajosa da Tecnovia ", em relação á empreitada e substituição da rede de abastecimento de águas do concelho, sabendo, que pelo menos houve uma Empresa com valores inferiores á Tecnovia. ----------

----- Em resposta a questão colocada pelo deputado Abel Moreira, o senhor presidente da câmara disse que não estar muito habilitado para responder a essa questão, mas tinha conhecimento de um relatório que apontava nesse sentido. --------

----- Seguidamente foi dada a palavra ao senhor presidente da junta da freguesia das Velas, senhor Paulo Silveira, que disse que em relação aos concursos das empreitadas não só o preço contava, havendo outros factores, como por exemplo o Júri, entre outros. ----------

----- Em relação ao processo n°125/12.O BEPPDL, Autor - Massa Insolvente de Castanheira & Soares perguntou se, num eventual acordo entre o Governo, o Município e a Castanheira & Soares, a Câmara teria que desembolsar alguma verba á ADPSL para pagamento á Castanheira & Soares ou seria o Governo Regional a assumir esse pagamento. ----------

----- O senhor presidente da câmara disse que em relação a esse acordo ainda não tinham bem a certeza por isso não ia falar muito dele. ----------

----- 2°.**Ordem dos Trabalhos relativo à atribuição de verbas para despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes da Câmara Municipal das Velas**

----- O senhor presidente da assembleia, em exercício, referiu que tinha que respeitar a ordem dos trabalhos, para aquela assembleia, feita pelo senhor presidente da assembleia, senhor Frederico Maciel, que, como sempre, lhe fazia uma abordagem bastante interessante e que passaria a citar: ----------

----- "Verificamos que a proposta apresentada pela câmara municipal vem no seguimento da lei n°49/2012 e propõe a esta Assembleia Municipal a aprovação da atribuição de despesas de representação "aos titulares de cargos de direcção superior de primeiro grau e de direcção intermédia de primeiro e segundo graus" que a Câmara Municipal das Velas possui nos seus quadros pessoal. Consultando a "Estrutura Orgânica dos Serviços do Município das Velas", aprovada por aquela Assembleia Municipal na última sessão do ano transacto, verificamos que existem dois titulares de cargo de direcção intermédia de 2°grau que auferiam a quantia de 149,79€ cada de despesas de representação, o que acarreta a despesa anual de4 674,96€. Ora a despesa para o município com a quantia despendida nas despesas de representação com estes dois funcionários representa cerca de 22,5% do total das despesas de representação pagas pela Câmara Municipal das Velas que ascendem a 20 674,00€ anuais. A Lei n°49/2012 de 29 de Agosto, que regulamenta as despesas de representação "aos titulares de cargo de direcção superior de1°grau e

de direcção intermédia de 1 ° e 2 ° graus " das autarquias locais na nova modalidade de atribuição, determina o seu artigo 28 ° que "a presente lei entre em vigor no dia seguinte ou da sua publicação", isto quer dizer que que a proposta da Câmara Municipal a esta Assembleia deveria ter sido apresentada nessa altura a fim de não causar falsas expectativas ou desilusões aos funcionários. No entanto a Câmara Municipal na sua proposta dispõe "que a tal atribuição seja dada eficácia retroactiva à data da entrada em vigor do referido diploma, ou seja, a 30 de Agosto de 2012, nos termos do artigo 128 ° do Código do Procedimento Administrativo.

----- Concluindo, verificamos que a proposta da câmara municipal é legal e cumpre todos os requisitos da legislação em vigor, pelo que o pronunciamento desta Assembleia Municipal será essencialmente político ". ----------

----- Sendo assim, declarou aberto o debate e solicitou informação dos senhores deputados municipais que pretendiam usar da palavra para o efeito. ----------

----- Inscreveu-se o deputado municipal Paulo Silveira que pediu um pequeno esclarecimento, e como ouviu o que o senhor Presidente da Assembleia escreveu, senhor Frederico Maciel, em relação a esta matéria, queria só por uma questão: porque outras Câmaras o faziam, em relação ao novo organograma deste município em que havia duas divisões mas existia também o tangente intermédio de patrimónios. A esse dirigente, a Câmara não atendeu a devida representação, então, porque não o incluir nessa situação de tangentes ? ----------

----- Respondeu o senhor presidente da Câmara que sempre foi a Assembleia Municipal a seguir essas coisas. ----------

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. ----------

----- Em seguida retomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia, em exercício, que deu seguimento ao 3 ° ponto da Ordem de trabalhos que era a seguinte: **Proposta da Câmara Municipal de alteração dos Estatutos da Terra de Fajãs.** --

----- O senhor presidente informou que iria ler alguns considerandos do Presidente da Assembleia, Sr. ° Frederico Maciel que passa a citar: ----------

----- " Analisemos seguidamente o terceiro ponto da Ordem dos Trabalhos que versa a proposta da Câmara Municipal de alteração dos estatutos da Terra de Fajãs ". ----------

---- Continuou a citar: ----------

----- "Permita algumas observações sobre o conteúdo desta proposta já que não se trata de uma mera alteração de normas residuais dos referidos estatutos mas altera substancialmente a essência da natureza e objeto da "Terra de Fajãs". ----------

----- Continuando a citar: ----------

----- "Em primeiro lugar porque como se alerta no "Plano de internalização das actividades da VelasFuturo EEM" a empresa "Terras de Fajãs" deverá ser transformada em "Empresa Municipal", como consubstancia a proposta de emenda ao defini-la como "uma entidade empresarial local... com natureza municipal e sob a forma de sociedade anónima" e aplicando, no seu artigo 4 °,como regime jurídico da mesma "a lei n °50/ de 2012 de 31 de Agosto. Em segundo lugar e porque a falta da justificação da proposta não esclarece que estão preenchidas todas as condições postas pela lei n °50/ 2012, de 31 de Agosto". Em segundo lugar porque a falta de justificação da proposta de alteração não esclarece se estão preenchidas todas as condições impostas pela lei n °50/2012, de 31 de Agosto, nesta proposta de alteração. Neste sentido proponho que essa matéria baixa à Comissão Permanente e se solicite à Câmara Municipal cópia do anterior Estatuto da "Terra de Fajãs" bem como fundamentação do cumprimento legislação aplicável, nomeadamente quanto os requisitos definidos no artigo 62 °da referida Lei n °50/2012 de 31 de Agosto".

----- Posto isso, o senhor Presidente da Assembleia, em exercício, declarou aberta a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos. Começando por perguntar ao senhor doutor Hélder Fialho se esta matéria baixasse á Comissão Permanente e fosse adiada que implicações haveria. E se à Terra de Fajãs se podia aplicar o Sector Empresarial sendo Sociedade Anónima? ----------

-----Respondeu o senhor doutor Hélder Fialho dizendo que em forma objectiva a Lei impunha que até dia 28 de Fevereiro de 2013 os estatutos fossem alterados e aprovados pela Assembleia Municipal, portanto, a Lei foi publicada no dia 31 de Agosto de 2012 e dava um prazo de seis meses e o prazo terminava amanha, dia 28 de Fevereiro, portanto não podia baixar à Comissão. A segunda situação, a conversão da Terra de Fajãs SA numa E.M. da Empresa Municipal também é decorrente da lei, "a Lei obriga a todas Empresas, seja no âmbito do sector empresarial local, a

nomeação de "Empresa Municipal" mesmo que seja uma Sociedade Anónima, porque, todas Sociedades Municipais tem que ter indemnização comercial, tem que ser uma SA". Relativamente aos estatutos as alterações não são substanciais, portanto, tinham que cumprir a lei 50/2012 que é a "Lei do Sector Empresarial Local "mas o que estava subjacente a toda essa Lei era a "Lei Comercial", portanto, no Código das Sociedades Comerciais, os estatutos eram feitos dessa forma, portanto, alteraram a denominação que passou a ser "Terra de Fajãs, S.A., E.M". A segunda situação, a nova Lei permite dois objectos Sociais, o próprio artigo 45° da Lei 50/2012 passa ser um artigo de interesse em Gestão de Serviços, Equipamentos e de Interesse Geral. Portanto tinham que se fazer essa alteração, antes de se proceder aos Registos Nacionais de Pessoas Colectivas, não é mais nem menos do que pedir junto às Pessoas Colectivas informação da denominação do Objecto Social via Internet. ----------

----- Usou da palavra o deputado municipal Paulo Silveira que questionou o seguinte: ----------

----- 1° - Em relação ao Objecto e vendo a internalização dos funcionários da VELASFUTURO para o Município, a Terra de Fajãs fica com um funcionário e com esse Objecto, esse funcionário vai ter capacidade de cumprir o mesmo? ----------

----- 2° - Gostava de saber quais os equipamentos colectivos que refere o Objecto, bem como se lessem o que consta no número dois do Artigo 3° Objecto, parece que nesse objecto cabe tudo e mais alguma coisa. ----------

----- Em resposta o Sr. °Dr. Hélder Fialho disse que caber tudo não podia porque ele estava limitado pela Lei, pelo Artigo 45°, portanto tinha que se cingir à gestão dos equipamentos colectivos. Os equipamentos foram construídos pela terra de Fajãs, foi a Piscina Municipal, o Parque Infantil e o Campo de Futebol. A intervenção Municipal está muito limitada pela Lei, portanto, todas as actividades desenvolvidas pela Empresa Municipal não podiam ser desenvolvidas em simultâneo pela Câmara Municipal. A gestão desses equipamentos a partir de agora, tinha que ser exclusivamente da Terra de Fajãs enquanto ele durar e iria durar enquanto se mantiver os financiamentos, por exemplo, no passado solicitou-se

ao Banco a fusão da Terra de Fajãs com a VELASFUTURO, a resposta foi que propunha uma alteração do Spread 0,4% (zero vírgula quatro porcento) para 5% (cinco porcento) isso trazia um acréscimo de encargos financeiro para a Empresa cerca de 168 000,00€ (cento e sessenta e oito mil euros) por ano para a empresa e Câmara Municipal das Velas, por isso era melhor não mexerem na questão da Terra de Fajãs.----------

----- A seguir foi dado a palavra ao senhor deputado Rui Sequeira que referiu que tinha ali uma dúvida para ser esclarecida pelo Dr. Fialho, que era a seguinte: - Se obedecia tudo ao q:ue estava previsto no artigo 62 ° da referida Lei n ° 50/2012. -------

----- Em resposta o Dr. Hélder Fialho disse: ----------

----- A Terra de Fajãs não cumpria esse requisito para a extinção dos tês anos porque ela passou a estar em exploração dos equipamentos em termos formais a partir de 2010, em 2009 ainda estava em investimentos e como a Lei obriga que nos últimos três anos (2009,2010 e 2011), sejam apresentados resultados de exploração, só começou, para efeitos contabilístico de relatórios e contas, em 2011. ----------

----- Também disse: ----------

----- Enquanto na VELASFUTURO seria para extinguir porque cumpria os requisitos, ao abrigo do Artigo 62 °, já a Terra de Fajãs não cumpria, portanto no futuro tinham que haver um maior cuidado relativamente à relação entre a Terra de Fajãs e o Município. Os subsídios de exploração, assim como os critérios e objectivos que não pudessem ser representados em mais de cinquenta por cento de proveito, teriam de fazer prestação de serviços entre a Empresa e a Câmara, sendo assim, a Terra de Fajãs podia fazer ajusto directo sem passar pela contratação pública e geral, a única forma de aguentar a empresa era fazer uma contratação de prestação de serviços e as transferências seriam em prestação de serviços para a Terra de Fajãs para conseguir cumprir os critérios. O estado procedeu desta forma para arrecadar mais fundos através do IVA, o que obrigaria um maior esforço por parte do Município. ----------

------Retomou a palavra o senhor deputado Paulo Silveira que disse: ----------

----- O problema era do País e passou a explicar: as empresas municipais eram dívidas que estavam nos relatórios da EDIGAL , no valor de mil milhões de

euros, vindas de todas as Empresas Municipais do País, a dívida do Estado era de duzentos e trinta e um milhões e as dívidas das Câmaras eram de cinco mil milhões, números assustadores. As Câmaras estavam a ser notificadas pelo Tribunal de Contas para remeterem os processos de internalização das Empresas Municipais. ----------

----- Usou da palavra o senhor deputado Rui Sequeira que disse: ----------

----- Que este assunto deveria baixar à Comissão Permanente para ser melhor estudado. Mas mesmo assim pediu um intervalo de dez minutos para se reunir com a sua bancada. ----------

----- Em seguida foi dada a palavra ao senhor deputado Paulo Silveira que disse:

----- Que para resolver este assunto de tão grande complexidade se tenham deixado para o último dia, sem grande poder de estudo e análise, por não ter sido entregue atempadamente toda a documentação, o grupo Municipal de PSD ia abster-se na votação. ----------

----- Por sugestão da bancada do PS, o senhor presidente da assembleia suspendeu a sessão por dez minutos. ----------

----- No recomeço da sessão o senhor doutor Hélder Fialho, interveio dizendo que depois dos estatutos serem aprovados, serão registados na conservatória, onde se fará a alteração da denominação, do registo social e a validação da pessoa colectiva. Caso contrário, se forem reprovados, a Direcção de Finanças manda fechar as Empresas.

---No usou da palavra a representante da Junta de Freguesia dos Rosais, a senhora Lucrécia Bettencourt, perguntou ao senhor doutor Hélder Fialho o seguinte: como disse, perante a assembleia, que ainda não pediram a alteração do objecto que garantias o senhor nos dava que em apenas um dia de expiração do prazo conseguia esse documento, caso fossem aprovadas, nesta assembleia, essas alterações.

----- Em resposta o senhor doutor Hélder Fialho disse que através do site da internet havia um link com duas opções nos pedidos de registo, a urgente pagava-se cento e cinquenta euros e ficava garantido, o normal eram setenta e cinco euros. ------

----- Em seguida foi dada a palavra ao senhor deputado da bancada do PS, senhor Rui Sequeira, dizendo que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente mas, no entanto, queria que ficasse registado em ata situações como esta fossem

evitadas e que documentos e decisões dessa magnitude fossem entregues com bastante antecedência. ----------

----- Esta proposta foi aprovada com doze votos a favor provenientes do grupo municipal do Partido Socialista e nove abstenções, dos grupos municipais do PSD e do CDS. ----------

----- Em seguida passou-se ao quarto ponto da ordem dos trabalhos que versa: **a proposta de deliberação da Câmara Municipal de dissolução e liquidação da VELASFUTURO - E.M. e internalização das actividades.** ----------

----- Em trinta e um de Agosto de 2012 foi publicada a Lei n.º 50/2012 que aprova o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.s. 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e 55/2011, de 15 de Novembro. ----------

Verificamos que a proposta da Câmara Municipal é legal e cumpre os requisitos da legislação em vigor, pelo que o pronunciamento desta Assembleia será essencialmente político. ----------

----- O senhor presidente da assembleia abriu o debate e disse que o doutor Hélder Fialho estaria disponível para o esclarecimento de dúvidas que poderiam surgir. Posto isso deu-se a palavra ao senhor deputado Rui Sequeira da bancada do PS, que disse: na convocatória por parte da assembleia quer principalmente por parte do documento apresentado pelo Município, no assunto não deveria estar claramente expresso que se tratava também da internalização. ----------

----- Em resposta à questão o doutor Hélder Fialho disse que sim, porque o documento era uma internalização então o documento ficava "internalização das actividades da VELASFUTURO EEM no Município das Velas". O documento estava errado. ----------

----- O deputado Rui Sequeira perguntou que tipos de actividades estavam relacionados e se para além dessas se iriam existir outras. ----------

----- Interveio o senhor doutor Hélder Fialho dizendo que uma coisa era essas actividades, outra coisa eram as obras e equipamentos que depois de concluídos iriam passar para o Município. Portanto, essas não eram actividades mas sim os equipamentos: estradas, o edifício da Casa Cunha, quando estivessem concluídos passariam para a Câmara e era essa listagem que estava na internalização. Tinha

três etapas, passar o pessoal para a Câmara no prazo de seis meses com contractos, depois abrir concursos e por fim passar os equipamentos depois de concluídos para a Câmara. ----------

----- O senhor Rui Sequeira perguntou se poderia haver financiamentos através do pró-convergência tendo em conta que iria ser extinta uma empresa. ----------

----- Respondeu o Sr. Dr. Hélder Fialho dizendo que iriam extinguir a Empresa mas os imóveis não iriam desaparecer pois os imóveis iriam ser integrados no Município, por via indirecta aqueles equipamentos seriam do Município, que tem cem porcento do total da VELASFUTURO. para essa Empresa usar o espaço da pró-convergência da Câmara bastaria uma declaração da mesma a dizer "Velasfuturo é minha empresa a cem porcento ". ----------

----- Posto isto, o senhor Rui Sequeira retomou a palavra e perguntou se esses valores que estavam ali previstos eram indicativos. Foi-lhe respondido que eram indicativos com base nos valores orçamentais do projectista e iriam ser lançados a concurso público. ----------

----- No uso da palavra o senhor doutor Hélder Fialho disse que não seria imediatamente a seguir à deliberação que tinham de fechar as contas da VELASFUTURO, isso só seria feito em trinta de Março de dois mil e catorze. ----------

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado do PP, Abel Moreira, que perguntou ao senhor doutor Hélder Fialho se todos os funcionários que constavam no mapa iriam todos passar para a Câmara Municipal em definitivo. ----------

----- Em resposta o senhor doutor Hélder Fialho disse que não, passariam com contrato e era o que estava previsto na Lei e depois no prazo superior de doze meses a Câmara tinha que abrir um concurso para depois concorrerem. ----------

----- Retomou a palavra o senhor deputado Abel Moreira que perguntou que tipo de contrato, seria a tempo indeterminado ? ----------

O senhor doutor Hélder Fialho respondeu que não, disse que era em tempo certo mas no prazo máximo de doze meses, teriam que abrir um concurso, conforme estipula número nove do Artigo 62.º, e depois teriam que concorrer nos prazos estipulados pela Câmara. ----------

----- O senhor deputado Abel Moreira perguntou de que ano se referia esta citação e passou a lê-la: "deverá ser incluída nesta deliberação as contas da empresa antes de dissolução, ou as reportadas à data de 31 de Dezembro". ----------

----- Foi-lhe respondido que era do ano 2012, porque tinha as contas provisórias e tinha já a estimativa dos fornecedores, dos clientes e tinham que fazer as contas definitivas a trinta de Março. ----------

----- Foi passada a palavra ao senhor deputado Paulo Silveira que disse: em relação ao gerente liquidatário, sendo uma funcionária da VELASFUTURO, a mesma transitaria, com os outros oito ou nove, para a Câmara por seis meses e esse concurso seria aberto a todas as pessoas que tivessem um vinculo à Função Pública. Queria deixar outra questão: seria fácil à Câmara justificar e admitir mais seis assistentes operacionais e três técnicos superiores, sendo os tempos de hoje mais para reduzir do que para admitir. ----------

---

----- O senhor doutor Hélder Fialho respondeu que havia duas questões, a primeira seria a admissão desse pessoal que não contaria para aquele limite de redução e que não era uma exceção e a segunda seria criar algum critério no concurso para os operacionais administrativos não seria fácil, depois teria que se criar condições específicas, para as pessoas que poderiam aparecer da mobilidade da função pública, teria que ser um concurso muito bem feito. ----------

----- Usou a palavra o senhor deputado Paulo Silveira que disse que queria deixar uma declaração de voto que seria a abstenção. ----------

----- Esta proposta foi aprovada com quinze votos a favor dos grupos municipais do Partido Socialista e do CDS PP e seis abstenções do grupo municipal do PSD. ----------

----- Não havendo mais nada a tratar, deu-se, então por terminada a sessão quando eram vinte e três horas, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pela Mesa da Assembleia. ----------